

Mais um round na guerra fiscal

• **Secretários da região se reúnem com Governo de Minas**

A Prefeitura de Juiz de Fora entregará hoje, ao Governo do Estado, documento oficial com as propostas para diminuir as perdas econômicas das cidades da Zona da Mata Mineira em relação aos municípios fluminenses.

O documento foi organizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com a PJF e com municípios da região que sugeriram algumas propostas durante seminário realizado no último dia 10.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Juiz de Fora, André Zuchi e o subsecretário de Desenvolvimento Econômico, Jackson Fernandes, além de Paulo Nepomuceno, responsável pela coordenação da elaboração do documento e secretário de desenvolvimento econômico da UFJF, vão se encontrar com o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sérgio Barroso, em Belo Horizonte, além de representantes de municípios da região.

PARQUE INDUSTRIAL

Entre as sugestões para diminuir os impactos da guerra fiscal entre os estados de Minas e Rio, está a criação de parques industriais estratégicos na Zona da Mata, buscando a redução dos impostos, utilizando o mecanismo de salvaguarda.

Propostas como linhas diferenciadas do BDMG para a região, considerando a existência de Arranjos Produtivos Locais (APLs), principalmente nos segmentos têxtil, metal-mecânico, moveleiro e de alimentos também serão apresentadas ao Governo de MG.

ENFRAQUECIMENTO

Segundo o subsecretário de Desenvolvimento Econômico, Jackson Fernandes, a Zona da Mata está cada vez mais enfraquecida economicamente. Jackson ressaltou que o Estado tem se tornado um elemento muito forte na cidade.

— Buscamos um processo de recuperação da economia da Zona da Mata. A região já vem sofrendo essas perdas há mais de seis anos e a situação só vem piorando.

O subsecretário destacou que, no entendimento dos envolvidos no estado, a guerra fiscal é ruim para todos.

— Elaboramos propostas a médio, longo e curtíssimo prazos. Queremos que o governo mantenha entendimentos com o Governo do Rio de Janeiro visando, de início, a revogação da Lei Rosinha — explicou.

Esta legislação, editada em 2005, reduziu a 2%, por até 25 anos, a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as empresas que se instalarem em alguns municípios do Rio de Janeiro, principalmente os que fazem divisa com Minas Gerais.

Pedágio mais caro na BR-040

TARIFAS

Tipo de Veículo	Eixos	Valores atuais	Novos valores
Automóvel, caminhonete e furgão	2	7,20	7,50
Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão	2	14,40	15,00
Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	10,80	11,20
Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	21,60	22,50
Automóvel e caminhonete com reboque	4	14,40	15,00
Caminhão com reboque e caminhão-trator com semirreboque	4	28,80	30,00
Caminhão com reboque e caminhão-trator com semirreboque	5	36,00	37,50
Caminhão com reboque e caminhão-trator com semirreboque	6	43,20	45,00
Motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	2	3,60	3,70

Fonte: ANTT



• **Novas tarifas já estão valendo. Valor para carros de passeio passa de R\$ 7,20 para R\$ 7,50**

Desde a meia-noite de hoje, quem passa pelo pedágio da BR-040 depara com tarifas mais caras. O reajuste, aprovado pela Agência Nacional de Transporte e Trânsito (ANTT), faz com que carros de passeio, por exemplo, passem a pagar o valor de R\$ 7,50, em vez de R\$ 7,20, aumento de 4,17%. (Confira o quadro com os reajustes.)

O valor parece pequeno. No entanto, se for levado em consideração o caso de alguém que mora próximo a

Juiz de Fora e precisa visitar a cidade constantemente, a diferença é considerável. Em 20 viagens de ida e volta para o município, o motorista gastará R\$ 300 com pedágio. Antes, essa soma daria R\$ 288, R\$ 12 a menos.

Um empresário de Três Rios, que preferiu não ser identificado, precisa visitar Juiz de Fora várias vezes por semana e não gostou da notícia. Ele comparou as tarifas locais às de vias mais importantes e movimentadas, que possuem valor bem mais barato.

A expectativa dele é de que os novos preços pesem no bolso dos proprietários de empresas.

— A gente não consegue embutir esse aumento no preço dos produtos — afirmou.

Para a gerente administrativa de uma transporta-

dora da região, Rita de Lucas, os novos valores significam transtorno. De acordo com ela, repassar esse aumento para os clientes é bem trabalhoso.

— Temos que levar isso para todos os serviços prestados e esclarecer o percentual que aumentou — explica.

AFETADAS

Para Rita, as transportadoras estão entre as empresas mais afetadas. Só na firma dela são, no mínimo, dois caminhões passando todos os dias pelo pedágio.

Assim como o empresário de Três Rios, a gerente faz críticas às altas tarifas.

— O valor é muito alto. Embora as estradas tenham melhorado muito com a privatização, são muitos carros passando pelo local — disse.

O JF HOJE tentou conversar com a direção da Concer, empresa responsável pelo pedágio, para que as novas tarifas fossem comentadas, mas não obteve resposta.

BRASCAN ENERGÉTICA MINAS GERAIS S.A., por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, torna público que solicitou, através do Processo nº 14586/2008, Licença de Operação Corretiva, para a atividade de geração de energia elétrica da PCH Anna Maria, no município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.